Políticas Agrárias em Contrarreforma:
O caso do Programa de Aquisição de Alimentos

Edir Vilmar Henig[1]

RESUMO
O Programa de Aquisição de Alimentos surge em um contexto que a agricultura familiar começa a ser percebida como uma atividade produtiva. Neste sentido, começam a serem formuladas políticas públicas que representam avanços para a categoria. O PAA surge como potencializador da comercialização da produção da agricultura familiar. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é debater e apontar os desmontes do Programa de Aquisição de Alimentos. Compreendendo os motivos que levaram a desestruturação de um Programa que serviu de exemplo para outros países aplicarem e combaterem a fome. A partir de 2013 o PAA começa a sofrer com mudanças políticas institucionais e econômicas, aprofundadas após o golpe parlamentar, aplicando contrarreformas as políticas agrárias.

Palavras-Chave: PAA. Política Públicas. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program arises in a context that family farming is beginning to be perceived as a productive activity. In this sense, public policies that represent advances for the category are beginning to be formulated. The PAA emerges as a booster for the commercialization of family farming production. Therefore, the objective of this work is to debate and point out the dismantling of the Food Acquisition Program. Understanding the reasons that led to the breakdown of a Program that served as an example for other countries to apply and fight hunger. From 2013 onwards, the PAA began to suffer from institutional and economic political changes, deepened after the parliamentary coup, applying counter-reforms to agrarian policies.

Keywords: Keyword 1. Keyword 2. Keyword 3.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma realidade na atividade econômica brasileira, gerando emprego, renda e movimentando, principalmente as economias locais e regionais. Por ser característica de pequenas propriedades e por vezes, seus proprietários não possuem recursos financeiros, nem poder de barganha junto aos

[1] Pós-Doutorando em Administração CEPEAD-UFMG. Pesquisador no Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia (Nec-TraMa). Professor na Universidade do Estado de Mato Grosso.

mercados convencionais, necessita criar alternativas para sua manutenção. Neste sentido, a categoria necessita de atenção do Estado, via políticas públicas que possibilitem os trabalhadores produzir, seja com financiamento, seja na construção de canais de comercialização.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge como principal política pública de garantia de comercialização, onde os trabalhadores fornecem seus produtos para instituições públicas como escolas, creches, hospitais, entre outros, além de doação a pessoas que se encontram em vulnerabilidade alimentar. O PAA, ainda é um dos fornecedores de produtos que forma os estoques públicos de alimentos, que são gerenciados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Sendo assim, buscamos neste trabalho debater e apontar os desmontes do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como os motivos que levaram a desestruturação de um Programa que serviu de exemplo para outros países aplicarem e combaterem a fome.

A relevância do programa está demonstrada na saída do Brasil do mapa da fome, visto que a agricultura familiar é quem produz os alimentos que compõe a cesta básica dos brasileiros. Além de gerar emprego, renda e motivar o desenvolvimento das localidades onde a agricultura familiar está presente.

Para executarmos o debate em torno do PAA, nos utilizamos de referencial teórico, bibliográfico e os dados buscamos juntos a Secretaria de Análise e Gestão da Informação. Através destas informações é possível qualificar e entender os dados, seus motivos e consequências para os que dependem da atividade, sejam nela trabalhando, seja dela consumindo os produtos.

Resultados, desde 2013 o programa enfrenta dificuldades, primeiramente por uma mudança de ordem política que direciona aos estados e municípios as execuções do PAA. Posterior a isso, houve cortes no orçamento desde o governo de Dilma Rousseff, aprofundado nos governos Temer e Bolsonaro, com um total descompromisso com as famílias agricultoras.

2. O Programa de Aquisição de Alimentos: Histórico e Definições

A agricultura familiar tem protagonismo social, econômico e ambiental na construção do país. Segundo a Foods and Agriculture Organization (FAO) órgão das Nações Unidas para a agricultura e segurança alimentar, 80% da alimentação mundial é produzida através da agricultura familiar. E no Brasil sua importância não é menor; este modelo produtivo oferta cerca de 70% da alimentação que compõe a cesta básica dos brasileiros, segundo o Censo Agropecuário (2017).

De acordo com o Censo Agropecuário (2017), 77% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, são classificados como produtores familiares, o que representa 23% da produção agrícola do país, além de ocupar uma área de 80,89 milhões de hectares, 23% da área ocupada pela agropecuária. A agricultura familiar é a que mais gera ocupação no campo, 67% dos trabalhadores estão empregados na agricultura familiar.

Schneider (2009, p. 33) aponta que "(...) a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países envolvidos, nos quais a estrutura agrária e majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho familiar assume uma importância decisiva." Esta atividade produtiva foi renegada pelo Estado brasileiro por muito tempo, mas passa a ser reconhecida na década de 1990, capaz de gerar emprego, renda e produção de alimentos, para um país que enfrenta graves problemas de segurança alimentar. Além de contribuir à fixação da população rural no campo, diminuindo o êxodo rural.

É necessário destacar o papel do Estado para o desenvolvimento atividade produtiva dos agricultores familiares, visto que, são compostos basicamente com agricultores com poucos recursos financeiros, seu poder de barganha frente ao mercado convencional é dificultado pela baixa quantidade produzida individualmente. Neste sentido, carecem de linhas de financiamentos especiais, além de canais de comercialização que potencializem a produção através de políticas públicas que contemplem as necessidades dos trabalhadores que vivem da atividade rural de pequenas propriedades.

Enquanto definição de política pública, podemos dizer que se trata de uma ação do Estado ou sua omissão (DYE, 2014). Ou seja, é a tomada de decisão por parte dos

agentes do Estado em busca de responder a demandas sociais, que visam trazer soluções a problemas que impedem o desenvolvimento local, regional ou nacional.

> (...) as políticas públicas têm por objetivo primordial fornecer respostas as demandas sociais que se encontram vulneráveis na sociedade, além de fomentar o desenvolvimento, com medidas que gerem emprego e rendas, e serve também como mediador de conflitos entre outros sujeitos sociais que se encontram em desajustes. (HENIG; SANTOS, 2016, p. 260)

As políticas públicas se materializam mediante ações dos sujeitos sociais e de intervenções institucionais realizadas em contextos sociais particulares e que, dessa forma, condicionam seus resultados, ou seja, é na manifestação dos organismos sociais que as políticas são idealizadas, elaboradas, implementadas e efetivadas, para suprir demandas existentes e responder as questões sociais presentes no seio da sociedade.

Nesta perspectiva, o Programa de Aquisição de Alimentos, surge com o objetivo de promover a agricultura familiar e garantir acesso à alimentos por parte da população em vulnerabilidade social. Estes alimentos são comprados por instituições pública com dispensa de licitação, e atende creches, escolas, hospitais, entre outras entidades públicas. Com estas ações fortalece a economia local, criando canais de comercialização para os produtos, garantindo renda para os trabalhadores e alimentação para a população.

> Foi concebido para apoiar pequenos agricultores em um dos aspectos mais difíceis do processo produtivo: garantir acesso ao mercado para os produtos que eles produzem. O programa permite que os agricultores vendam seus produtos a instituições públicas federais, estaduais e municipais, sem a necessidade de licitação, conectando grandes fontes previsíveis de demanda institucional de produtos agrícolas aos agricultores familiares, reduzindo riscos, incentivando a melhoria na qualidade do produto, aumentando a renda e reduzindo a pobreza no meio rural. (SALGADO *et. al.* 2017, 665)

O PAA, foi criado pela Lei nº 10.696, de julho de 2003, desenvolvido no âmbito do Programa Fome Zero, se utilizando de mecanismo de comercialização e distribuição de produtos da agricultura familiar. Henig e Santos (2020, p. 84) apontam que sua aplicação se dá a partir de convênios e parcerias entre o governo (União, estados e municípios) e a sociedade civil (ONGs, Cooperativas, Associações). Na

fundação do PAA, os recursos eram oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Porém, com a ruptura institucional ocorrida com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff este ministério é extinto e seus recursos transitam por outros Ministérios, na atualidade alocado à Casa Civil.

O PAA apresentou bons resultados, como destaca Pessina (2020, p. 105),

> (...) amplo envolvimento da Sociedade Civil, historicamente engajada com o desenvolvimento rural no Brasil, desde a construção até o acompanhamento e execução do programa; amplo engajamento do Estado - de comprador para fins de consumo institucional à responsável pelo estoque e distribuição dos alimentos adquiridos por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e seu sistema de silos públicos; inclusão produtiva de segmentos em situação de vulnerabilidade social, compreendendo-os para além de um empresário do campo ou de beneficiário de programas de ajuda social; articulação com outras políticas públicas nacionais; envolvimento de diversos ministérios; readequação da ação do Estado para contemplar as particularidades dos agricultores mais pobres por meio da flexibilização no estabelecimento dos preços em relação aos produtos convencionais que obedecem a lógica de produção em larga escala, assim como, por meio da adaptação do marco jurídico brasileiro para compras estatais, desburocratizando o processo de aquisição de alimentos dos pequenos produtores, dialogando com a escala e características organizacionais destes segmentos, definindo processos de compras por dispensa de licitação, permitindo a relação direta entre governo e sociedade civil para a aquisição de alimentos por parte do Estado.

A partir de tais resultados, o Brasil serviu de modelo para que outros países que enfrentam problemas com a fome replicassem a ideia do PAA, aplicando a cada realidade, como é o caso de Moçambique, Senegal, Etiópia, Níger, Malaui. O Programa de Aquisição de Alimento possui uma particularidade interessante, que é fomentar as economias locais. Sendo assim, cidades com menos de 20 mil habitantes são as que mais apresentam impactos positivos na movimentação da economia local, visto que são municípios onde a indústrias e as atividades típicas de grandes cidades como turismo, serviços de lazer, não são preponderantes, ancorando na produção de alimentos seu potencial econômico.

O PAA nada mais é do que uma política pública progressista para atender as necessidades dos trabalhadores rurais que não possuem recursos financeiros para produzir, ainda assim, frente as políticas agrícolas, estas ações do Estado são ínfimas. Com o aprofundamento do conservadorismo, a agricultura familiar tem sofrido retrocessos significativos, como exemplo deste desta contrarreforma é o corte

orçamentário do PRONAF, que para 2021, de acorda com o projeto orçamentário apresentado pelo governo federal, os recursos serão de menos 35% (e R$ 3,85 bilhões, caiu para R$ 2,5 bilhões, após um corte de R$ 1,3 milhões), por isso é necessário pensar a atualidade da questão agrária e suas expressões nas políticas voltadas para o setor.

3. A Atualidade do Programa de Aquisição de Alimento

O Brasil sempre apresentou um grande potencial para a produção de alimentos, mas, apesar disso, sempre apresentou problemas sociais relacionados a fome. Um dos principais expoentes dos estudos sobre a fome no país, Josué de Castro em A Geografia da Fome e a Geopolítica da Fome, apresentou a dura realidade de um país contraditório na questão alimentar. A consciência política que a fome é uma das expressões da questão social brasileira, fomentou políticas públicas que buscassem a redução e sua eliminação no Brasil.

No bojo da superação da fome, o Programa de Aquisição de Alimentos é pensado para efetuar a compra da produção da agricultura familiar e destinar à população em risco alimentar e nutricional, através de ações locais de estados e municípios. Para além da ação imediata, o PAA possibilita a formação de estoque nacional via CONAB. De acordo com Mattos (2020, p. 129) o Programa ainda

> (...) fortaleceu circuitos curtos e redes regionais de comercialização, valorizou a agrobiodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos (com adicional de até 30% no preço do alimento orgânico), incentivou hábitos alimentares saudáveis e estimulou o associativismo e o cooperativismo rural.

Ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), os recursos para a manutenção desta política eram oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estados, municípios e Distrito Federal. O acesso aos recursos era fiscalizado pelos movimentos sociais, que participavam ativamente do processo de efetivação do PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos apresenta uma evolução orçamentária desde sua criação em 2003, o que significa diretamente, que a agricultura familiar está comercializando seus produtos, e necessariamente, que a população em vulnerabilidade alimentar está tendo acesso a alimentação saudável. Contudo, a fim de atender os interesses do capital e agradar o empresariado nacional, a então Presidenta Dilma Rousseff, adota medida conservadora, mais que o habitual, e nomeia Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, um agente no mercado financeiro, e que impõe medidas de austeridade à economia brasileira. Neste bojo, o PAA sofre um corte orçamentário de cerca de 40%.

Embora as medidas de austeridades fossem exigências do capital, não foram suficientes para a manutenção do governo petista de Dilma Rousseff, que sofre um golpe parlamentar. A partir de seu afastamento a agricultura familiar, que sempre esteve às margens do processo de desenvolvimento do país, mas que havia experimentado um mínimo de atenção do Estado de 2003 a 2015, volta a sofrer com as opções políticas de privilegiar setores como o agronegócio. Em uma de suas primeiras medidas, ainda enquanto interino na Presidência da República, o então Presidente Michel Temer, emite a Medida Provisória (MP) 726 de 12 de maio de 2016, que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS).

Toda a estrutura do MDA é transferia para a Casa Civil pelo Decreto n° 8.780 de 27 de maio de 2016. Ou seja, toda a estrutura que compunha o Ministério do Desenvolvimento Agrário ganha *status* de secretarias, conforme destaca Mattei (2018, p. 298),

> (...) toda a responsabilidade da antiga estrutura do extinto MDA para a Casa Civil, estrutura ministerial que passou a concentrar todas as competências sobre a reforma agrária, sobre a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, bem como sobre a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos e determinação de suas demarcações.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tinha como finalidade elaborar políticas públicas que contemplassem a agricultura executada em pequenas propriedades. O MDS então é incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Social, e passa a ser chamado de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)

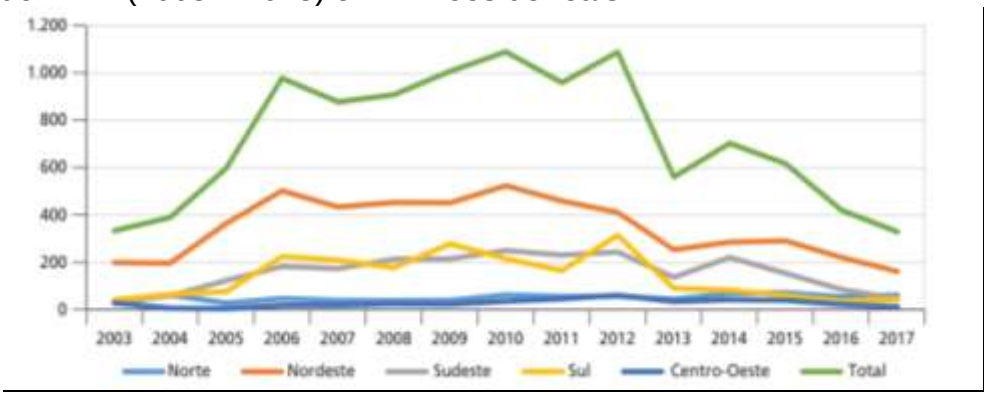
através da MP 759 de 22 de dezembro de 2016. Todo a luta dos trabalhadores da agricultura familiar foi reduzida a Secretaria Especial de Agricultura Familiar.

O orçamento que já havia sido garantido pelo Plano Safra da Agricultura Familiar (2016/2017) foi suspenso, causando instabilidade e prejuízo para os trabalhadores da agricultura familiar. Com o corte realizado ainda pelas medidas de austeridades do governo Dilma (2015), o orçamento para 2016, previa para o Programa de Aquisição de Alimentos cerca de 500 milhões de reais. Até seu afastamento, Dilma Rousseff já havia liberado 170 milhões de reais, que poderia atender aproximadamente 50 mil trabalhadores e suas famílias, mas em 31 de maio de 2016, o governo Temer cancela os repasses para a CONAB.

Outro golpe aplicado aos agricultores familiares foi a extinção do Departamento de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar que desempenhava papel fundamental na execução do Programa de Aquisição de Alimentos, pois elaborava estratégias que fomentavam o desenvolvimento nas localidades onde os agricultores estão inseridos.

Com a extinção dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, há uma maior dificuldade para acesso as informações históricas do Programa de Aquisição de Alimentos, para tanto, tivemos que nos apoiar em estudo que já foram realizados e que analisaram os dados do PAA no seu período inicial. Na figura 1, nos utilizamos de um estudo realizado por SAMBUICHI *et. al.* (2019, p. 40).

Figura 1: Montante de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA (2003 – 2018) em Milhões de reais.



Fonte: SAMBUICHI *et. al (2019).*

Através dos dados apontados por SAMBUICHI *et. al.* (2019), pode-se perceber que desde sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos obteve evolução em volume de investimento, até que em 2013, sofre uma redução devido uma mudança da legislação que de acordo com Mattos (2020), em 2013, com a intenção de respeitar o pacto federativo e melhorar as relação republicana com os entes federados (administrações diretas distrital, estaduais e municipais), foi criado o Termo de Adesão, que substituía os antigos Convênios com a finalidade de contribuir na celeridade e transparência pública.

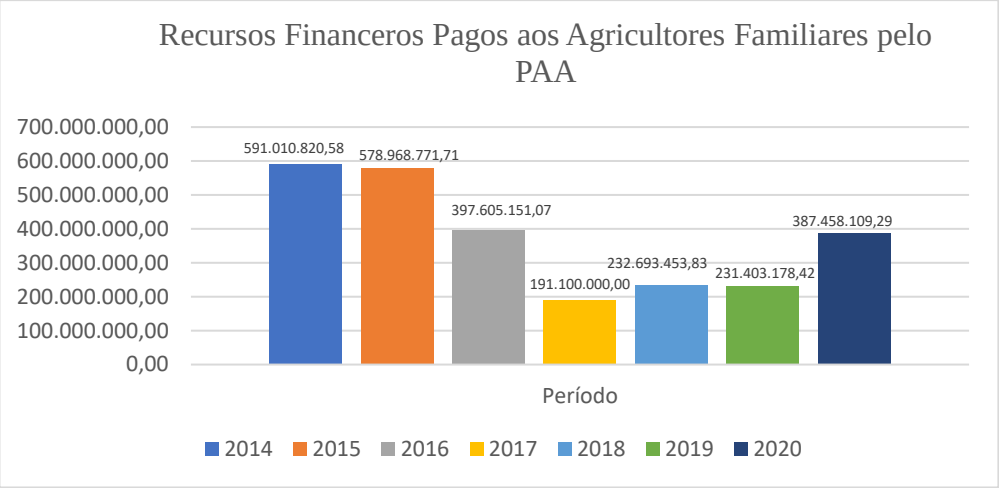
O Termo de Adesão alcançou 85% (22) das unidades federativas, em contrapartida ficou reduzido apenas a 11% dos municípios, mas o prejuízo foi observado também na variedade de produtos comercializados, que em 2012 eram de 604 produtos e foi reduzido para 424 em 2013. Segundo Mattos (2020, p. 130), o Termo de Adesão, representou uma decisão política delicada por conta da cultura da administração pública brasileira que "pouco reconhece a participação e o controle social em políticas públicas. Há de se considerar também que a construção social de mercados representa o rompimento de muitas relações locais de compra e venda de alimentos nem sempre insuspeitas."

Sendo assim, a explicação para a redução dos níveis de investimento no PAA em 2013 e 2014 é que houve uma escolha política que complicou as relações entre os agricultores e as instituições públicas. Mas, o que não é a realidade para 2015, que apesar do Termo de Adesão, há um corte no orçamento para a agricultura familiar, e necessariamente, no PAA. As medidas de austeridade do governo Dilma Rousseff, através de seu Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, prejudicam os trabalhadores da agricultura familiar.

A partir de 2014, os dados podem ser encontrados, não sem dificuldades, na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Os dados disponibilizados pela SAGI apontam que os cortes para o Programa de Aquisição de Alimentos, continua em 2016, com a ascensão do governo Temer, sendo uma marca de seu governo. O volume de recursos em 2018 é o menor desde o início do PAA. Estas escolhas políticas apresentaram consequências diretas na segurança alimentar dos

brasileiros, pois há diminuição na produção de alimentos, o que afeta a oferta e a demanda destes produtos. Os títulos das seções terciárias (e demais seções) devem ser digitados em minúsculas e sem negrito.

Gráfico 1: Recursos Financeiros Pagos aos Agricultores Familiares pelo PAA.



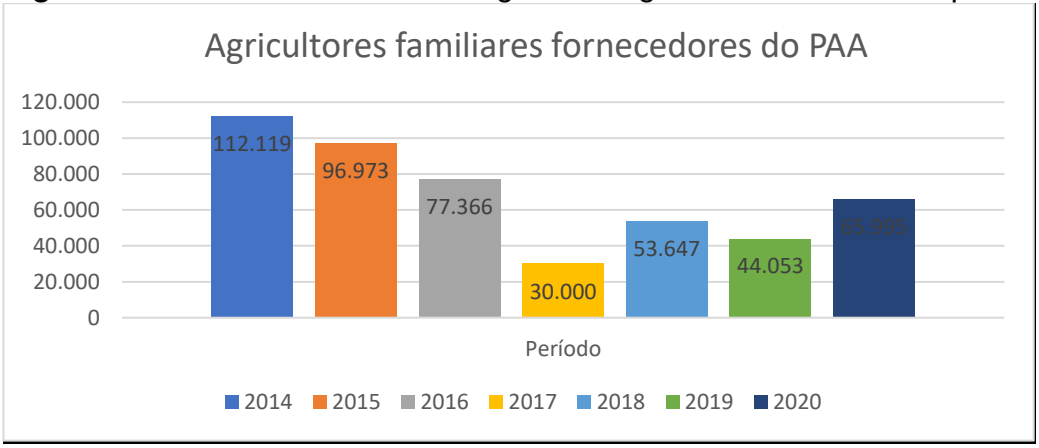
Fonte: SAGI (2021).
Elaboração do autor[2].

Outro indicador que é apresentado por Rocha Júnior (2019), são os de volume de produtos comercializados, apontando que houve redução nos níveis de comercialização. “a maior variação negativa ocorreu no volume dos produtos adquiridos, que passou de 518 mil toneladas em 2011 para 44,4 mil toneladas em 2017, representando uma queda de mais de 90%.” Para os trabalhadores da agricultura familiar, esta redução representa prejuízo financeiro enquanto, que para os que dependem desta política para se alimentar, passam a ter ainda maior vulnerabilidade.

Com a redução do orçamento destinado a execução do PAA, consequentemente, houve a redução dos trabalhadores que se utilizavam desta política para comercializar seus produtos, o que impactou diretamente no orçamento destas famílias e no desenvolvimento das economias locais, visto que, a agricultura familiar é uma atividade típica de cidades de até 20 mil habitantes.

[2] Dados de 2017 arredondados a partir dos estudos de Rocha Júnior (2019), pois o SAGI não apresenta esta referência.

Figura 2: Recursos Financeros Pagos aos Agricultores Familiares pelo PAA.



Fonte: SAGI (2021).
Elaboração do autor.[3]

O gráfico 2 aponta os números referentes aos trabalhadores familiares que fornecem produtos para o PAA, observa-se que após a queda do governo petista, o Programa de Aquisição de Alimentos sofreu redução no número de fornecedores. Em 2017, ocorreu a menor incidência de fornecedores, os dados de 2017 apresentados nos gráficos estão arredondados, porque na Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, o referido ano, não está contemplado. Tivemos que buscar em fontes alternativas os números deste ano.

Sendo assim, é possível avaliar que o Programa de Aquisição de Alimentos, gozou de períodos de protagonismo no combate a fome, com orçamento público que, se não eram suficientes, eram existentes. Havia a preocupação em garantir trabalho e renda no campo, através da produção rural, além da garantia do acesso a alimentação por aqueles que se encontravam em vulnerabilidade social. Foi por estas políticas públicas que o Brasil conseguiu sair do vergonhoso mapa da fome em 2014.

4. Considerações Finais

É importante apontar a agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos, na geração de emprego e renda, no desenvolvimento local, mas não só, a pequena agricultura é grande em resultados. Para tanto, é importante destacar o papel

[3] Dados de 2017 arredondados a partir dos estudos de Rocha Júnior (2019), pois o SAGI não apresenta esta referência.

do Estado na formulação e implementação de políticas públicas que garantam fomento para atividade.

Neste sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos é criado para garantir aos trabalhadores da agricultura familiar que haja a possibilidade de comercialização de seus produtos. Esta garantia assegura que os produtos terão uma destinação final, sendo destinados para instituições públicas, doação para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e formação de estoques públicos de alimentos.

Embora o PAA obteve resultados positivos ao longo de sua existência, inclusive sendo modelo para outros países, mas isso não foi o suficiente para esta política se firmasse, estando desde 2015 sob desestruturação orçamentária. O desmonte é fruto, no governo Dilma Rousseff, de ajustes fiscais de moldes austeros, que visavam o equilíbrio das contas públicas. No governo Temer os cortes continuaram, motivadas pelas pressões de setores conservadores do agronegócio que exerciam força política para isso, a mesma lógica se mante no governo Bolsonaro.

A enfraquecimento do PAA trouxe vulnerabilidade aos trabalhadores que dependiam desta política para a comercialização de seus produtos. Outra consequência negativa foi o não fornecimento destes alimentos para instituições, pessoas que tinham nesta ação a garantia de segurança alimentar. Os estoques públicos também sofreram com o corte de recurso, sendo que, o país vive um desmonte, inclusive, nos estoques públicos que garante os preços acessíveis a alimentos que são base da alimentação do trabalhador brasileiro. O que coloca o Brasil novamente no mapa da fome, fragilizando ainda mais a situação do trabalhador urbano e rural.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/

BRASIL. Secretária de Análise e Gestão de Informação. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?

DYE, Thomas. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In.:

Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análises. (Orgs.) HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. 3º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Cidadania no Brasil: O caso do PRONAF. In.: Revista Brasileira de Políticas Públicas. V. 6. N. 1. Brasília: 2016.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. **Políticas Públicas e o Programa de Aquisição de Alimentos:** Limites e perspectivas. Curitiba – PR: Appris Editora, 2020.

MATTOS, Luciano Mansor de. As Consquências do Golpe Parlamentar nas Políticas Públicas Voltadas à Agricultura Familiar Brasileira. In.: **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas.** 2020.

MATTEI, Lauro. A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer. In.: **Revista OKARA**: Geografia em Debate. V.12, n. 2. João Pessoa, 2018.

PESSINA, Maria Elisa Huber. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Determinantes de uma política pública que projeto o Brasil na cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). In.: **Administracion Publica y Sociedad.** Buenos Aires, 2020.

ROCHA JÚNIOR, Adauto *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar: dinâmica recente e impacto na receita dos agricultores familiares. In.: **57º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Ilhéus – BA, 2019.

SAMBUICHI, R. H. R. Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: Modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. In.: **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

SALGADO, R. J. DOS S. F. et al. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): percepção dos atores envolcidos em sua operacionalização. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 53., 2015, João Pessoa, Paraíba. **Anais**...João Pessoa: Sober, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** 2° Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.